

Viva a luta das mulheres!

Neste 8 de março o STU e o DCE-Unicamp saúdam as trabalhadoras e estudantes da Universidade pelas conquistas obtidas com muita luta e reafirmam, parodiando o poeta, que se muito vale o que já foi feito, mais vale o que ainda temos que lutar para avançar no combate à opressão e à exploração das mulheres na sociedade em que vivemos.



O 8 de março

A criação de um Dia Internacional de Luta da Mulher se deu a partir da proposição feita pela feminista alemã Clara Zetkin, durante a 2ª Conferência de Mulheres Comunistas realizada em 1910 na Dinamarca, em homenagem às lutas travadas por mulheres em vários países do mundo.

Em 1914, pela primeira vez no dia 8 de março, aconteceram mobilizações na Suécia, Alemanha e Rússia.

Em 1917, as mulheres russas entraram em greve e inauguraram o período revolucionário no país.

A partir de 1920, o 8 de março passou a ser a data oficial de luta das mulheres trabalhadoras no mundo todo.

Conhecer essa história é importante para que todos saibam que até mesmo a data de homenagem às mulheres no calendário foi conquistada na luta.

Em Campinas, 9 de março também é dia de luta!

Para permitir a participação das mulheres campineiras no ato estadual que acontece nesta sexta, em São Paulo, as organizações feministas realizam o ato em homenagem Dia Internacional de Luta da Mulher na cidade neste sábado (9 de março), a partir das 9 horas, na Praça da Catedral. O combate à violência contra a mulher é a principal pauta. Participe!



Contatos:

www.stu.org.br • imprensa@stu.org.br • stu.unicamp
www.dceunicamp.org.br • dceunicamp@gmail.com • dceunicamp

Tiragem: 10 000 exemplares - Impressão: Artes Gráficas Oliveira

8 DE MARÇO

Dia Internacional de Luta da Mulher Trabalhadora!

**Diga não
à violência
contra a mulher!**
Defenda seus direitos!

Lugar de mulher é na universidade e na luta!

O desafio do acesso ao ensino superior começou a ser superado pelas mulheres, que durante muito tempo tiveram negado o direito à educação. No entanto, a universidade também reproduz a desigualdade de gênero presente na sociedade. Não por acaso existem os cursos “femininos” - menos valorizados acadêmica, social e economicamente - e aqueles considerados “masculinos”, com mais prestígio. Além disso, a dificuldade da permanência na universidade, que atinge milhares de estudantes, é ainda maior para as mulheres, em especial as mães.

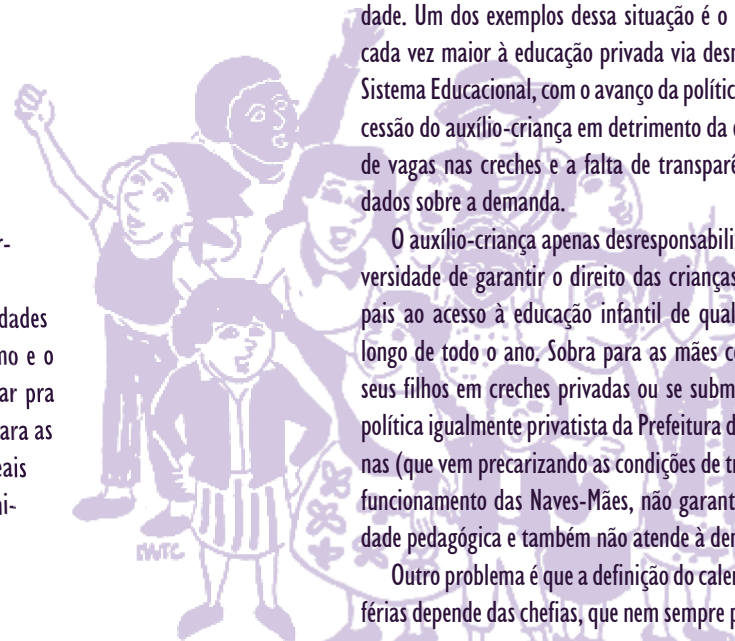
As estudantes lutaram muito para garantir direitos e políticas de permanência estudantil específicas para mulheres. Hoje, temos conquistas como os estúdios na Moradia (voltados para estudantes com filhos), as creches, um regime especial de estudos durante os primeiros meses após o parto e um ônibus circular externo noturno que passa pelas principais avenidas de Barão, garantindo mais segurança às mulheres.

Mas ainda há muito o que avançar: mães ficam anos na fila de espera por vagas na creche e na Moradia; os estúdios na Moradia desconsideram a

realidade das mães solteiras e são voltados apenas para mulheres casadas; falta mais iluminação e poda dos matos no campus de Barão Geraldo e ao redor dele. O assédio e a violência contra a mulher ainda são uma realidade muito em evidência no momento da Calourada, quando as ingressantes são por vezes tratadas como mero objeto sexual e constrangidas a fazer várias ações voltadas à satisfação dos veteranos.

Lugar da mulher é na luta por uma universidade mais democrática, contra toda forma de opressão e por respeito ao seu corpo e à sua autonomia!

Participe das atividades que debatem o machismo e o feminismo, e vamos lutar pra que a reitoria garanta para as mulheres condições reais de permanência na universidade!!



Trabalhadoras exigem valorização e qualidade no serviço público!

As mulheres são as maiores vítimas do desmonte dos serviços públicos, que é uma forma coletiva de violência contra os direitos da população. Na Unicamp, as trabalhadoras enfrentam todos os dias essa realidade, que combina opressão machista e superexploração - com a divisão sexual do trabalho que dificulta a ascensão profissional e com a retirada de direitos imposta pelo modelo privatista de Universidade. Um dos exemplos dessa situação é o incentivo cada vez maior à educação privada via desmonte do Sistema Educacional, com o avanço da política de concessão do auxílio-criança em detrimento da expansão de vagas nas creches e a falta de transparência dos dados sobre a demanda.

O auxílio-criança apenas desresponsabiliza a Universidade de garantir o direito das crianças, mães e pais ao acesso à educação infantil de qualidade ao longo de todo o ano. Sobra para as mães colocarem seus filhos em creches privadas ou se submeterem à política igualmente privatista da Prefeitura de Campinas (que vem precarizando as condições de trabalho e funcionamento das Naves-Mães, não garante a laicidade pedagógica e também não atende à demanda).

Outro problema é que a definição do calendário de férias depende das chefias, que nem sempre permitem

que mães e pais gozem o repouso junto com o recesso das creches. É dever da Universidade dispor de seus equipamentos culturais como alternativas de férias para as crianças, oferecendo atividades que assegurem a permanência dos pequenos.

“F-creche” - O STU também vem cobrando solução para o fato de muitas chefias não abonarem faltas para acompanhamento das atividades conjuntas com os pais propostas pelo Sistema Educacional da Universidade. A administração sugere o uso das faltas abonadas (F2), mas reivindicamos uma resolução formal obrigando o abono de tais faltas (“F-creche”). Até porque, o calendário da DEdIC inclui quatro dias de planejamento anual que não podem ser abonados pelas F2 - que não podem ser sequenciais.

Também é dever da Universidade assegurar o credenciamento da DEdIC junto ao MEC e a jornada de 30 horas para as professoras e profissionais da Área da Saúde - setores majoritariamente femininos na Universidade.

Chega de descaso, assédio moral e desrespeito. Seguimos na luta por um mundo onde as mulheres sejam tratadas radicalmente como pessoas, com a garantia de condições dignas de trabalho e do direito de ser mãe.

Enfrentar a violência contra a mulher

O Brasil ocupa o sétimo lugar no mundo em assassinatos de mulheres. Estupros coletivos (praticados por mais de um agressor) acontecem em festas e nos transportes públicos.

Em 2012, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo registrou 12.886 estupros. Só na região de Campinas foram 1031 casos (265 na DDM da cidade), sendo que muitas ocorrências sequer são notificadas. Também no município foram registradas 3108 lesões corporais dolosas (agressões físicas). A maioria dos agressores ainda são os maridos, namorados, companheiros ou parentes das vítimas.

Essa realidade reflete a falta de investimentos dos governos federal, estadual e municipal na efetivação de políticas de enfrentamento à violência contra a mulher. As delegacias especializadas não atendem 24 horas, faltam centros de referência e casas abrigo, orientação jurídica e atendimento em saúde. Para piorar a situação, o Congresso Nacional

discute uma reforma no Código Penal que anula várias conquistas da Lei Maria da Penha.

Na primeira sessão deste ano na Câmara Municipal, os vereadores retiraram de pauta o projeto que obrigava as empresas de transporte público a destinarem veículos exclusivos para mulheres nos horários de pico (6h às 9h e 17h às 20h) nas linhas que ligam os terminais urbanos ao Terminal Central.

As mulheres são também as maiores vítimas do assédio moral, especialmente no serviço público. E na Unicamp essa é uma realidade cotidiana.

É preciso enfrentar e denunciar as diversas formas de violência sexista. Esteja atenta e não se cale.

